



Enquanto actor global *sui generis*, a União está cada vez mais integrada no sistema internacional, chamada a intervir, em nome próprio, na cena internacional.

alizer. Daí que alguns intervenientes tivessem sublinhado contradições e ineficácias, especialmente, em relação à cooperação para o desenvolvimento e à política de imigração e apresentado propostas para uma melhor coerência.

Por outro lado, já num domínio acentuadamente mais intergovernamental, a dimensão PESD da PESC foi objecto de várias teses que realçaram, antes de tudo, o papel da UE como incontornável actor de gestão de crises, dispondo actualmente de uma panóplia de instrumentos civis e militares relevante. No entanto, num contexto internacional deprimido em razão, sobretudo, da erosão do prestígio e do poder dos Estados Unidos, os governos dos Estados membros da União não podem deixar de ter consciência de que se assiste a um processo de degradação acelerada das condições da sua segurança colectiva, o que motivou alguns intervenientes a colocarem a questão da «assistência mútua» (solidariedade) no quadro da União e a questionarem o futuro da NATO.

Por último, muitas teses procuraram avaliar e analisar os *outcome* da acção externa da União no âmbito das suas relações com poderes, blocos, continentes e regiões emergentes (China, ASEAN, América do Sul...). Subjacente a tais intervenções esteve sempre presente a questão do posicionamento da União num mundo que parece estar a (re)organizar-se numa base multipolar, mesmo se os contornos e definição dos papéis dos pólos se apresentam ainda hoje como vagos e imprecisos. Mas uma coisa é o que parece, outra é se será desejável...

Neste contexto, duas questões se levantam: um mundo multipolar no seio do qual a UE seria um pólo relevante; e um mundo multipolar que permitirá contrabalançar o unilateralismo? Ora, um mundo multipolar pode também ser unilateral, e logo instável e perigoso, se cada um dos pólos decide em

função dos seus interesses. Além disso, a própria experiência histórica dos Estados europeus tende a relativizar a tese do equilíbrio de poderes (*balance of powers*) e das zonas de influência, uma vez que tal «sistema de ordem e convivência» acabou quase sempre por resvalar em guerras fratricidas. Daí que a visão da «Europa potência», dita francesa, e a visão da «unipolaridade euro-atlântica», dita britânica, estejam hoje, mais do que nunca, ultrapassadas, ou tenham de ser ultrapassadas e, assim, todos ou quase todos pensamos que o posicionamento da Europa no mundo (e, simultaneamente, dos Estados Unidos no mundo) passará, antes de tudo, pelo repensar e pela reconfiguração da «parceria transatlântica».

■ A Europa vista do Sahel Atlântico

André Corsino Tolentino . antigo embaixador de Cabo Verde em Portugal

A Europa pode ser vista sob diversos ângulos, de dentro para fora, da terra, do mar e mesmo do céu. É também observável enquanto unidade geográfica e segundo os pontos cardeais. De Norte para Sul, do frio da Noruega ao calor da Grécia; do mar Kama, nos Montes Urais, à costa ocidental da Islândia, onde o gelo e o fogo coabitam em beleza. Porém, nem no plano físico a realidade é simples. As Canárias (Espanha), os Açores e a Madeira (Portugal), as ilhas Feroé (Dinamarca), Gibraltar, Guernsey, Man e Jersey (Reino Unido) são também Europa. E a estas dependências há que juntar as possessões francesas de Guadalupe, Guiana, Martinica e Reunião, que constituem com as Canárias, os Açores e a Madeira as sete regiões ultrape-

riféricas da União Europeia. Até aqui tudo bem. É quando se invoca os nomes da Rússia, Azerbaijão, Cazaquistão, Geórgia e Turquia, nações euro-asiáticas, com parte do seu território situado no velho continente, que a realidade começa a complicar-se. Sim, se Chipre é europeu, não pela geografia mas pela cultura e a conveniência política, que dizer da Arménia?

A afirmação do presidente francês, Nicolas Sarkozy, segundo a qual a Turquia não é Europa, porque fica na Ásia Menor, não é, obviamente, suficiente. Não porque à luz dos critérios geográficos, culturais e históricos vistos até agora, se a Turquia não é inteira e exclusivamente europeia, ela é também europeia. É claro que ser membro da União é outra questão.

Ora, se não existe um entendimento comum sobre a geografia, que será da definição da Europa política de hoje e da sua projecção no futuro das relações internas e com outras regiões ou nações? Cinquenta Estados, 27 dos quais são membros da União Europeia, um resultado verdadeiramente prodigioso de uma evolução acelerada a partir do embrião formado em 1957, há apenas meio século, pelo grupo dos seis magníficos: a Bélgica, a Holanda, a Itália, a França, o Luxemburgo e a República Federal da Alemanha.

Como no passado, a Europa não é uma entidade meramente geográfica, histórica, cultural ou demográfica. É isto tudo através do tempo longo da geografia, intermédio da economia

durante a presidência portuguesa da União, cria grandes expectativas, talvez com fracos fundamentos.

Porém, uma coisa é certa. Estas novas circunstâncias e esperanças aumentam a necessidade de perceber a Europa de hoje, como ela se define e como ela se posiciona em relação aos outros continentes, culturas e civilizações. É neste contexto que pretendo apresentar uma percepção da Europa construída a partir de Cabo Verde, nação de reduzidas dimensões, insular, saheliana, atlântica e soberana e, caso inédito, um produto atípico da expansão europeia e consequente tráfico negreiro transoceânico dos séculos XV-XIX.

Integrar os países europeus transcontinentais

Existem três maneiras principais de ver a Europa: (i) pelos interesses conjunturais do Estado-nação, segundo critérios geoestratégicos de conveniência; (ii) pelos factores geografia, economia, cultura e política, com os valores da liberdade, igualdade e fraternidade, centrando-os na construção da cidadania efectiva; (iii) pelo princípio da alteridade a caminhar na direcção da cooperação como forma de conciliar a defesa e a promoção dos interesses singulares e típicos do Estado-nação com a salvaguarda do ambiente, a saúde, a paz e a segurança, exemplos do que se pode entender por bem público mundial.

No meu entender, uma boa combinação de realismo e sonho,

Uma atitude crítica e justa sugere alianças mais amplas e baseadas não em velhos critérios de raça, língua, religião e nível de crescimento económico para defender ou promover interesses do tipo colonial, mas sim em valores éticos e estéticos que, contrariamente ao que se diz, são compatíveis com o uso eficiente dos recursos.

e curto da política, diz Fernand Braudel, mais um mínimo de consistência cultural, acrescenta José Gil. Não, já não é apenas uma península euro-asiática, porque ganhou estatuto de continente, coisa que ninguém contesta. Com cerca de 700 milhões de habitantes, é o segundo continente mais povoado do planeta e aquele que tem mais habitantes por quilómetro quadrado. É também a região que combina a peculiaridade da população mais envelhecida com a oportunidade dos maiores fluxos de imigrantes da Ásia, África e América.

Qual é então o problema? Os países emergentes como a China, a Índia, o Brasil e a África do Sul fazem falar deles porque disputam espaço no mercado global e reivindicam voz igual nas relações internacionais, designadamente, por via da reforma do sistema das Nações Unidas; a guerra do Iraque relança o velho debate sobre a natureza das relações entre a Europa e os Estados Unidos da América, impropriamente chamadas de relações transatlânticas, como se nada mais houvesse em ambas as margens do oceano; uma segunda cimeira Europa-África lá para os finais de Dezembro,

estratégia e humanismo, interesse nacional e visão mundial pode levar a uma definição da Europa compatível com a esperança num índice progressivo de felicidade humana. Esta Europa será a intersecção dos factores geografia, economia, cultura e política mais uma percepção comum do futuro. Por outro lado, a entidade emergente terá de abandonar as preferências religiosas, políticas e culturais tradicionais para optar pelo tratamento igual das civilizações humanistas.

A aceitação destas duas regras básicas terá como corolários: (a) a inclusão progressiva, quando tal vontade existir, dos Estados europeus transcontinentais como a Rússia, o Azerbaijão, o Cazaquistão, a Geórgia e a Turquia; (b) o aumento gradual e seguro da autonomia europeia em relação aos Estados Unidos da América no sentido de substituir o paradigma dominante de confrontação e choque característico da guerra fria pela filosofia do diálogo e aliança das civilizações; (c) a revisão dos fundamentos teóricos e práticos do modelo europeu de cooperação para o desenvolvimento, que é escandalosamente ineficiente e perpétuo; (d) a clarificação

da natureza do relacionamento com os vizinhos que não sendo ultraperiféricos da UE partilham valores, interesses e circunstâncias que recomendam enquadramento especial. Incluem-se neste grupo a cadeia de ilhas atlânticas, dos



■ Cabo Verde deverá merecer uma atenção especial por parte da União, enquanto interface humano e natural entre os continentes europeu, americano e africano.

Açores às Malvinas, pela simples razão de terem funcionado, e poderem vir a funcionar, como interfaces de um jogo de soma positiva entre os continentes europeu, africano e americano. Neste sentido, atenção particular merecerá Cabo Verde por: (i) ser um país soberano africano, histórica e culturalmente ligado aos continentes europeu e americano; (ii) manter vivas as tradições que se renovam constantemente através do comércio, da emigração e do turismo; (iii) poder beneficiar da posição de interface que já lhe permitiu ser ponto de apoio ao tráfico de escravos, animais e plantas, berço de nova língua e cultura, entreposto comercial e, também, de tráficos ilícitos e ameaças de diversa natureza à paz internacional.

As ilhas atlânticas e o sul do Mediterrâneo

Além das ilhas atlânticas, uma espécie de interface natural e humano entre o conjunto Europa-África, por um lado, e todo o continente americano, por outro, os países a sul do Mediterrâneo impõem-se como parceiros especiais, também por motivos históricos, culturais e políticos conhecidos e facilmente identificáveis. Embora sem descurar a segurança, é preciso afirmar sem qualquer tipo de ambiguidade que, tanto em relação a este grupo de países, como a qualquer outro vizinho, conceber o modelo de relacionamento da Europa motivado pela desconfiança é um absurdo que custará sempre muito caro.

Por último, uma visão de conjuntura egoísta e focalizada, com mais ou menos sinceridade, na partilha das vantagens resultantes de entendimentos perversos entre a União

Europeia e os Estados Unidos da América, em nome de um bom relacionamento transatlântico, contra os interesses da Rússia e dos países emergentes como o Brasil, a China e a Índia, é susceptível de promover um perturbador regresso à guerra fria. O atoleiro do Iraque deverá alertar os cidadãos europeus, americanos e do mundo para os graves riscos de cumplicidades tão automáticas quanto ilegítimas como foram aquelas que motivaram a invasão e a destruição do Iraque com base em pura mentira e sem caução de qualquer órgão internacional legítimo.

Uma atitude crítica e justa sugere alianças mais amplas e baseadas não em velhos critérios de raça, língua, religião e nível de crescimento económico para defender ou promover interesses do tipo colonial, mas sim em valores éticos e estéticos que, contrariamente ao que se diz, são compatíveis com o uso eficiente dos recursos. A Europa deve discutir com a África de forma autónoma. Por outro lado, no que diz respeito às chamadas relações transatlânticas e quando interesses comuns estiverem em causa, será mais eficaz discutir a três do que utilizar a velha tradição de a Europa falar com os Estados Unidos, e vice-versa, em nome da África, assim tratada como mero objecto de troca.

Conclusões

Em síntese: (i) a União Europeia precisa de robustecer a sua legitimidade para redefinir a Europa, eventualmente integrando os actuais Estados europeus transcontinentais, tais como a Rússia, o Azerbaijão, o Cazaquistão, a Geórgia e a Turquia; (ii) a Europa assim redefinida constituirá uma região mais forte e capaz de desempenhar um papel crucial no processo de globalização com o uso mais eficiente dos recursos disponíveis e a inventar para as gerações presentes e futuras; (iii) a clara distinção entre o que é e o que não é a Europa fará ganhar tempo, capital e credibilidade para aplicar num modelo renovado de relacionamento com os seus vizinhos, designadamente as ilhas atlânticas, o sul do Mediterrâneo e o continente africano; (iv) uma região europeia mais forte e mais autónoma será impulsionadora da globalização com mais prosperidade e justiça; (v) o relacionamento especial entre a Europa e a África requer mais autonomia da Europa em relação às políticas hegemónicas dos Estados Unidos da América e de África em relação à pesada herança colonial; (vi) as ilhas atlânticas, formando um conjunto maior do que as actuais regiões ultraperiféricas da União Europeia, encerram um potencial de aproximação intercontinental mais do que proporcional às suas dimensões físicas, económicas e demográficas; (vii) é nesta dinâmica transformadora das relações internacionais que Cabo Verde e os restantes países africanos de língua portuguesa terão de encontrar novos papéis.